

Corpo de
Bombeiros
Militar



ESTADO DE GOIÁS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência Aquisição de Viatura tipo Veículo Leve

1 DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de veículo do tipo Viatura tipo Veículo Leve conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O CBM/GO, por meio do seu Comando de Saúde e o Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial, faz diversos atendimentos aos Bombeiros Militares e seus dependentes. Os dados demonstram um acréscimo anual dos atendimentos nas áreas de psicologia e serviço social, o que levou o Comando de Saúde a aumentar o número de profissionais passando de um psicólogo e uma assistente social, quando do início de suas atividades em 2012, para cinco psicólogos e duas assistentes sociais em 2019. Os casos de internação em clínicas psiquiátricas também acompanharam esse crescimento, sendo da competência do Núcleo o acompanhamento do processo de internação e acompanhamento dos militares em situação de fragilidade emocional ou dependência química.

A interiorização do CBM/GO trouxe novas distâncias a serem percorridas tanto pela equipe do NIAB, nos acompanhamentos a questões de saúde mental de militares, quanto na execução de projetos. O mesmo ocorreu com a equipe do SESMT, a qual tem como missão acompanhar as condições de saúde no ambiente de trabalho do Bombeiro Militar.

Diante destes fatores faz-se mister a aquisição de uma viatura capaz de empreender viagens de forma segura e confiável para servir aos dois propósitos. É relevante que a mesma seja descaracterizada de cor e identificação padrão institucional do CBMGO, pois esta poderá ser conduzida por colaboradores civis do NIAB / SESMT, já devidamente autorizado pelo Comandante de Saúde, fora do serviço de emergência/urgência, devendo ter apenas uma identificação básica de veículo oficial.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os objetos a serem contratados se enquadram como bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4 QUANTIDADE E DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 O presente Termo refere-se à aquisição de **01 (uma) Viatura tipo Veículo Leve**, cujo detalhamento completo do objeto observará o Caderno de Especificações que integra o ENCARTE 01.

Item	Discriminação	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Viatura tipo Veículo Leve	01	R\$ 75.075,00	R\$ 75.075,00

5 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1 O prazo de entrega das viaturas será de no **máximo 90 (noventa) dias**, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

5.1 A entrega das viaturas deverão serem feitas no Comando de Apoio Logístico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

5.2 O CONTRATANTE emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a CONTRATADA cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

5.3 Na entrega não será aceita troca de marca ofertada na proposta.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **03 (três) dias uteis** a contar da entrega do objeto, para efeito de verificação da conformidade do objeto com suas especificações de acordo com este Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

5.5 O bem será recebido definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias** contados a partir do Recebimento provisório, nas dependências do CBMGO, que após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes no Termo de Referência), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

5.6 O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos equipamentos.

5.7 O recebimento definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo CONTRATANTE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

5.8 A CONTRATADA deverá entregar os veículos e materiais no endereço fornecido pelo CONTRATANTE.

5.9 Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes.

5.10 O objeto deverá ser fornecido, novo (permitido apenas a quilometragem de teste). A entrega deverá ser feita pelo próprio fabricante ou por seus representantes devidamente autorizados.

5.11 Caso o bem fornecido apresente alguma alteração com o que foi apresentado no projeto inicial, com o protótipo, e dessa forma, não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá o CBMGO rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa CONTRATADA a providenciar a substituição ou reparação dos bens não aceitos no prazo de 30 (trinta) dias.

5.12 Após a entrega das viaturas, deverão ser realizadas revisões de entrega dos chassis e das superestruturas pelo fabricante ou por seus representantes devidamente autorizados.

6 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA

6.1 A Licitante deverá juntamente com os documentos previstos no edital, entregar o seguinte documento, sob pena de desclassificação:

6.1.1 Memorial descritivo da viatura comprovando o atendimento íntegro das condições exigidas no Caderno de Especificações que integra o ENCARTE 01.

7 FORMA DE FORNECIMENTO

7.1 O objeto deverá ser fornecido, novo, sem uso, com modelo e data de fabricação superior à data de assinatura do contrato, devidamente emplacado e licenciado no Estado de Goiás, em conformidade com a demanda apresentada pela Corporação;

7.2 A entrega deverá ser feita pelo próprio fabricante ou por seus representantes devidamente autorizados;

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações da Contratante:

8.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

9.1.1.1 *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10 DA GARANTIA

10.1. A contratada deverá fornecer a viatura com garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses ou 60.000 (sessenta mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contados a partir do recebimento definitivo da viatura.

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

12 CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a

execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contado da data de liquidação da(s) nota(s) fiscal(ais) faturada(s).

13.2. O pagamento da(s) nota(s) fiscal (ais) fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento previstos no edital.

13.3. O pagamento será efetivado por meio de crédito em conta corrente do favorecido, exclusivamente, em Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Poder Executivo Estadual (Caixa Econômica Federal), em atenção ao disposto no art. 4º da Lei estadual n. 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

14 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

14.1.1 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

14.1.2 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.1.3 As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR.

14.1.4 As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

14.1.5 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Goiânia, 16 de dezembro de 2021.

Kelves Gonçalves - 1º Ten QOC
Chefe Departamento de Especificações e Orçamentos

ENCARTE 1 – Caderno de Especificações

1. VIATURA ADMINISTRATIVA

1.1. Especificações mínimas: veículo tipo hatchback, zero quilômetro, fabricação nacional, ano e modelo não inferior à data da contratação ou posterior, 04 portas laterais, movido a etanol e gasolina, injeção eletrônica, potência do motor não inferior a 70 CV (com qualquer um dos combustíveis), câmbio com no mínimo 05 marchas à frente e uma à ré, direção assistida, ar condicionado, cintos de segurança dianteiros retráteis de três pontos, cintos laterais traseiros retráteis de três pontos, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, jogo de tapetes, protetor do cárter, pára-choques pintados na cor do veículo, roda padrão mínimo aro R14, entre eixos com no mínimo 2.350mm, volume mínimo do porta malas de 270 litros e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, emissões máximas de acordo com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), emplacados, registrados conforme Art. 120 da Lei N. 9.503/97 e plotados, com as seguintes características técnicas:

1.2. Características Gerais do veículo:

1.2.1. Fabricação Nacional.

1.2.2. Tipo do veículo: hatchback/ hatch

1.2.3. Zero Quilômetro.

1.2.4. Cores: vermelha (padrão do CBMGO - Vermelho Monte Carlo 84 PU ou similar).

1.2.5. Alimentação: bicombustível (etanol/gasolina).

1.2.6. Potência mínima: 70 CV com qualquer combustível previsto no item 1.1.

1.2.7. Tração: 4x2, dianteira.

1.2.8. Entre eixos: mínimo 2.350mm

1.2.9. Direção assistida: hidráulica ou elétrica.

1.2.10. Câmbio: manual com no mínimo 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré ou automático com 06 (seis) marchas.

1.2.11. Pára-choques: dianteiro e traseiro pintados na cor do veículo.

1.2.12. Capacidade de passageiros: 05 (cinco).

1.2.13. Alavanca de câmbio: posicionado no assoalho do veículo.

1.2.14. Tomada de energia: 12 Volts.

1.2.15. Emissões máximas de acordo com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

1.3. Segurança:

1.3.1. Air bag: frontal duplo (motorista e passageiro).

1.3.2. Sistema ABS.

1.3.3. Freios: na dianteira a disco, e na traseira a tambor ou disco.

1.3.4. Luz auxiliar de freio: brake Light.

1.3.5. Rodas: padrão mínimo aro R14, em liga leve ou aço com calotas integradas.

1.3.6. Cintos de Segurança: dianteiros retráteis de três pontos, cintos laterais traseiros retráteis de três pontos.

1.3.7. Desembaçador: Vidro Traseiro.

1.3.8. Pneus: radiais sem câmara, com selo do INMETRO impresso e atendendo as Normas pertinentes da linha de montagem do veículo, incluindo o pneu de estepe.

1.4. Equipamentos:

1.4.1. Portas: 05 portas, sendo 04 (quatro) laterais e 1 (uma) traseira.

1.4.2. Sistema de ar condicionado: ar quente e frio.

1.4.3. Tapetes: jogo de tapetes de borracha dianteiro (motorista e passageiro) e traseiro (passageiros), 4 unidades.

1.4.4. Banco traseiro: rebatível para ampliação do volume do bagageiro.

1.4.5. Bagageiro: capacidade mínima de 270 litros.

1.4.6. Tanque de combustível: capacidade mínima de 38 litros.

1.4.7. Espelhos retrovisores externos: retráteis e com ajuste do espelho na parte interna do veículo.

1.4.8. Encosto de cabeça: bancos dianteiros e traseiros, conforme prevê a Resolução n. 220/2007 do CONTRAN.

1.4.9. Para-sol: motorista e passageiro, pelo menos 1 com espelho.

1.4.10. Protetor de cárter e câmbio instalado.

1.4.11. Película de proteção solar em todos os vidros, exceto o pára-brisa, dentro da regulamentação prevista pelas legislações, resoluções do CONTRAN e outras Normas Regulamentadoras vigentes. Indicação: controle solar e privacidade. Filme com poliéster metalizado e cobertura resistente a riscos. Cor fumê (black). Garantia contra desbotamento e deslocamento espontâneo da película.

1.4.12. Demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN através das Resoluções pertinentes.

1.5. Placa de identificação: modelo conforme legislação vigente para veículos oficiais.

1.6. Pintura e Grafismo.

1.6.1. Pintura e Padronização Visual:

1.6.2. A pintura deverá ser na cor padrão do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás (Vermelho Monte Carlo 84 PU) ou outro tom de vermelho cujo padrão seja compatível com a padronização de cores adotadas.



Documento assinado eletronicamente por **KELVES GONCALVES, Chefe**, em 16/12/2021, às 11:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000025484841** e o código CRC **FF9397C3**.

COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO
AVENIDA CONSOLACAO - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 74885-100 - GOIANIA - GO -
(62)3201-6373



Referência: Processo nº 202100011034895



SEI 000025484841

Criado por [joaoluczinski](#), versão 9 por [joaoluczinski](#) em 16/12/2021 10:19:27.